



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA LICENCIATURA

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA EM LIVROS DIDÁTICOS

UMA ANÁLISE DE CONTEÚDOS

ELENICE ALVES DE MACEDO

Foz do Iguaçu
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA LICENCIATURA

**ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA EM LIVROS DIDÁTICOS
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDOS**

ELENICE ALVES DE MACEDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em História.

Orientador: Professor Doutor Clovis Antonio Brighenti.

Foz do Iguaçu
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui.

Aos meus professores que sempre fizeram o possível e o impossível para garantir o meu melhor aprendizado como também à dos meus colegas.

Aos meus filhos Elian Mateus e Enrique Gabriel pela paciência por terem sido muitas vezes deixados de lado para que sua mãe pudesse estudar como também ao meu esposo que esteve comigo por toda essa longa jornada.

Agradeço á instituição e a todos que fazem a Universidade Federal da Integração Latinoamericana-UNILA ser esse modelo de universidade e de qualidade.

Também, não poderei de deixar de agradecer, a professora de Geografia Licenciatura Dr.^a Leia Veiga pelas sugestões e apoio nessa difícil caminhada.

Por fim, não menos importante agradeço imensamente ao meu orientador professor Dr. Clovis A. Brighenti por confiar na minha capacidade e comprometimento.

Meu muito obrigado a todos.

MACEDO, Elenice Alves. **Ensino de História Indígena Em Livros Didáticos: Uma análise de conteúdos.** 2018. 24 pág. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História licenciatura – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

O estudo da questão do indígena foi negligenciado na história do Brasil. Os indígenas eram vistos como do passado e que sua sobrevivência, quando admitida, era apenas física, já que esses povos deveriam ser integrados a sociedade nacional. Com as lutas indígenas a partir da década de 1970 e as mudanças na constituição federal de 1988 no que tange aos direitos dessa população, os indígenas “deixaram os bastidores para assumir os palcos”. Para que os estudantes brasileiros da educação básica tivessem conhecimento das histórias e culturas indígenas, foi promulgada a Lei nº 11.645. A referida lei modificou as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornando obrigatório incluir na grade curricular oficial de toda a rede de ensino da educação básica a temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Com essa lei, os livros didáticos enfatizaram com maior valor o papel do “índio” na história do Brasil, dando destaque a sua atuação destacando sua história e cultura, porém ainda estão distantes de apresentar modificações profundas como almejam os povos indígenas. A pesquisa é bibliográfica e exploratória, para a compreensão mais ampla e complexa sobre a presença e atuação dos indígenas na história do Brasil.

Palavras-Chave: Indígenas; Leis; Livros Didáticos.

MACEDO, Elenice Alves. **La enseñanza de historia indígena en libros Didácticos: Un análisis de contenido.** 2018. 24 p. Trabajo de Conclusión de Curso de Graduación en Historia licenciatura - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

El estudio de la cuestión del indígena fue descuidado en la historia de Brasil. Los indígenas eran vistos como del pasado y que su supervivencia, cuando era admitida, era sólo física, ya que esos pueblos debían ser integrados a la sociedad nacional. Con las luchas indígenas a partir de la década de 1970 y los cambios en la constitución federal de 1988 en lo que se refiere a los derechos de esa población, los indígenas "dejaron los bastidores para asumir los escenarios". Para que los estudiantes brasileños de la educación básica tuvieran conocimiento de las historias y culturas indígenas, se promulgó la Ley nº 11.645. La referida ley modificó las Leyes de Directrices y Bases de la Educación Nacional haciendo obligatorio incluir en la parrilla curricular oficial de toda la red de enseñanza de la educación básica la temática historia y cultura afro-brasileña e indígena. Con esta ley, los libros didácticos enfatizaron con mayor valor el papel del "indio" en la historia de Brasil, destacando su actuación destacando su historia y cultura, pero todavía están distantes de presentar modificaciones profundas como anhelan a los pueblos indígenas. La investigación es bibliográfica y exploratoria, para la comprensión más amplia y compleja sobre la presencia y actuación de los indígenas en la historia de Brasil.

Palabras clave: Indígenas; leyes; Libros didácticos.

1. INTRODUÇÃO

Para refletir sobre os 500 anos da chegada dos europeus da América realizou-se uma exposição intitulada “Índios no Brasil Alteridade, Diversidade e Diálogo Cultural”, que ocorreu entre 14 a 27 de julho de 1992, no Parque do Ibirapuera em São Paulo. Tendo como uma das atividades centrais, o projeto cultural “500 anos da memória: trilhos do futuro”. A exposição faz refletir sobre os primeiros relatos do “novo mundo” como a carta de Colombo onde os indígenas são descritos como belos, fortes, livres, sem fé e lei, relatando como criaturas inocentes (BRAGA, 2009).

Contrapondo essa descrição como a chegada da primeira missão catequética no Brasil, dirigida pelo Padre Manuel de Nóbrega, os indígenas foram retratados como “bárbaros, pagãos, traiçoeiros e perigosos” que deveriam ser escravizados, evangelizados e quando necessários exterminados (CHAUÍ, 1992). Durante os últimos 500 anos, a América, não cessou de oscilar entre as duas imagens distintas dos europeus sobre os povos indígenas. Nos dois casos, os agentes e as culturas só puderam aparecer filtrados pelas lentes da bondade ou da barbárie originária. Após a invasão, os europeus realizaram a dominação pela cruz e pela espada, desejosos de aumentar o rebanho do povo de Deus, a mão de obra para atividade econômica ou os cidadãos da sociedade moderna (CHAUÍ, 1992).

Fundamentados nesse contexto realizamos a análise de livros didáticos de história do ensino médio que têm sido utilizados pelas escolas nos últimos anos, no que se refere ao conteúdo sobre os povos indígenas. A análise desses livros nos auxiliará a entender até que ponto o material didático produzido pelas “grandes” editoras brasileiras e repassados as escolas pelo MEC, reproduzem versões preconceituosas e distorcidas sobre os indígenas ou, o quanto os novos conteúdos vem sendo melhorado seu conteúdo sobre a referida temática graças á publicação da Lei 11.645. A qual entrou em vigor em 10 de março de 2008 alterando a lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, onde estabelece que a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) incluísse no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro brasileira!”.

Até a data da referida lei, os livros didáticos traziam a temática indígena de forma simplista, fazendo com que os conteúdos não desse a visibilidade merecida, sendo assim, o objetivo principal da pesquisa é investigar como a temática indígena é apresentada e representada nos livros didáticos após a promulgação da Lei nº 11.645/2008.

Para isso, analisou-se o material didático voltado ao ensino médio. Ademais, utilizou-se uma pesquisa qualitativa descritiva e documental, trata-se de uma abordagem metodológica de investigação, especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

A pesquisa se justifica devido à necessidade de se analisar o conteúdo da temática indígena que se aplica nas escolas de ensino médio, diante da constatação que esse tema está cada vez mais “jogado para escanteio”, mesmo com a obrigatoriedade da abordagem do tema nos parâmetros curriculares de cada escola. Existe também a necessidade de se estudar mais sobre o conteúdo pela necessidade de atender aos princípios da educação inclusiva e da pluralidade cultural no Brasil. As escolas são espaços fundamentais de criação de novas mentalidades inclusivas.

A escolha dos livros didáticos foi uma forma de pesquisar qual era o conhecimento sobre a temática indígena que estudantes do ensino médio tiveram acesso nesse período. Sabendo que, os livros analisados sendo eles, os livros do 1º e 2º ano do ensino médio, PNLD 2015,2016 e 2017 foram utilizados por três anos e com isso, nota-se que os estudantes tiveram acesso sobre a temática indígena praticamente nula, mesmo após promulgação da lei 11.645/08 ainda precisa de uma forma mais abrangente sobre a temática indigenista.

Trata-se de uma abordagem metodológica de investigação voltada para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

2. OBJETIVO

Investigar como a temática indígena é apresentada e representada nos livros didáticos após a promulgação da Lei nº 11.645/2008, para isso analisaremos material didático voltado ao ensino médio.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Problematizar a visão sobre o indígena no ensino médio antes da promulgação da Lei 11.645/2008;
- Identificar o alcance da mudança da Lei 11.645/2008 nos conteúdos dos livros didáticos;
- Destacar a importância da memória indígena para a história;
- Compreender como é vista atualmente a questão indígena quando apresentada em livros didáticos.

3. O INDÍGENA E A VISÃO ETNOCÊNTRICA

O ensino de história indígena, até o ano 2000, estava permeado por um passado etnocêntrico, linear e descontextualizado temporalmente. Os livros didáticos apontam estas limitações assim como as demais formas de ministrar o conteúdo escolar em diferentes níveis escolares. Assim, primeiramente, foram pesquisados e selecionados artigos que tratam do tema para contextualizar as pesquisas já realizadas na área antes da implementação da Lei 10.639/2003. Em seguida, serão apresentadas teoricamente possibilidades de trabalhar a interculturalidade no ensino de história auxiliando assim na superação de traumas e preconceitos a cerca do tema (RÜSEN, 2009). A pesquisa será desenvolvida no diálogo entre as fontes teóricas com a análise dos livros didáticos.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental, pelos procedimentos que envolvem investigação com base em documentos e relatórios, pois:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa (GIL, 2008, p. 46).

A pesquisa do tipo qualitativa utilizou como meio de coleta de dados textos provenientes de documentos com informações oficiais que com a utilização de técnicas analíticas diferentes serão interpretados (GUNTHER, 2006). Desta forma este trabalho busca investigar como os indígenas são representados nos livros didáticos após a promulgação da lei 11.645/2008. Para isso serão analisados fragmentos de livros didáticos que abordam o tema.

4. AS PESQUISAS REALIZADAS ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008

No artigo “As sociedades indígenas no Brasil, através de uma exposição integrada em 1992”, Luiz Donisete Benzi Grupioni (2004), descreve que nas escolas a questão das sociedades indígenas é raramente mencionada, sistematicamente mal trabalhada e os professores na sala de aula revelam-se mal informados sobre o assunto e, os livros didáticos são deficientes quando se trata da diversidade cultural étnica existente no Brasil, desde 1500 aos dias atuais.

Nos processos históricos tratados pelos livros didáticos analisados, as populações indígenas são classificadas como sacrificadas, perdidas, massacradas e submissas. As narrativas que os contém concentram toda a ação nas mãos europeias: são os europeus que obrigam os índios a trabalhar, que invadem suas terras e ocasionam a mudança na vida das populações (como se essas populações não tivessem vivido qualquer outro processo histórico anterior à chegada dos europeus). Em algumas delas, não há qualquer referência ao fato de que o trabalho compulsório já era praticado por sociedades indígenas, antes da chegada dos europeus; em outras, o princípio mesmo da disciplina é desconsiderado, por meio de afirmações de que a história das populações indígenas tem sido a mesma, há quinhentos anos – de violência e expropriação (VALADARES, 1996).

O conceito de indígena pelos “descobridores”, quando comparado ao período contemporâneo foi sempre posto lado a lado da natureza por uma cultura incapaz de acolher a alteridade. A questão da escravidão indígena aparece porque, segundo o autor, os portugueses chamaram os índios para ajudá-los no cultivo das terras e estes se recusaram, o que fez com que fossem escravizados. Os índios são caracterizados como “inferiores” aos europeus, e os negros são vistos como passivos, mas importantes para o progresso brasileiro por seu trabalho (VIANNA; OLIVEIRA; BOSCHILIA, 2009).

Alteridade pode ter sido um problema para os europeus, mas não deixou de ser para os indígenas. Havendo um enfrentamento por parte dos povos indígenas, isso revela que a alteridade foi enfrentada. No entanto, a maneira de provar isso é no processo de reelaboração de suas tradições místicas, através da inclusão do branco em seus mitos. A identificação dos diferentes grupos étnicos que responderam ao contato com os europeus de

formas distintas desmonta esquemas simplistas que apresentavam os combatentes em blocos monolíticos e cristalizados nos papéis de aliados ou de inimigos (ALMEIDA, 2003).

A segunda parte da exposição destacou a diversidade cultural em relação aos indígenas, demonstrando que os indígenas não são apenas diferentes do não indígena, mas diferente entre si. Possuem línguas e dialetos, habitam diversas regiões e áreas ecológicas, e desenvolveram diferentes processos de organização.

O terceiro momento da exposição foi combater uma série de mal-entendidos, em relação à realidade indígena. Dentre as quais a crença generalizada do decréscimo da população indígena e sua decadência cultural. Ocorre que, a partir da década de 1970, a população indígena cresceu constantemente como também sua cultura. Assim, ao invés de terem, de fato, desaparecido, como costumava afirmar a historiografia, os índios das antigas aldeias foram invisibilizados por discursos políticos e intelectuais que, condizentes com a política indigenista do século XIX, visavam assimilá-los, tornando-os produtivos cidadãos do Império brasileiro (ALMEIDA, 2008).

Como afirmou Manoela Carneiro da Cunha, em obra que se constitui em um dos primeiros exemplos desta nova preocupação, “sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos a extensão do que não se sabe” (CUNHA, 1992: 11).

Os indígenas sempre estiveram na história do Brasil, porém, de maneira superficial, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil (ALMEIDA, 2010).

Contudo, ele também está ligado a uma realidade em que os direitos indígenas tornaram-se mais reconhecidos e respeitados, e as organizações de apoio aos índios se consolidam de forma mais efetiva, passando a serem agentes importantes da causa indígena. (CUNHA, 2004: 132).

Baniwa (2013) discorda que seja pensando no bem-estar dos indígenas, ele acredita que as leis que garantem essa visibilidade foram criadas no Brasil como uma forma

de anemizar o “sentimento de culpa pelos séculos de massacres e mortes impostos aos índios pelos colonizadores, portanto, como medidas reparadoras do ponto de vista moral”. Para ele, as leis foram uma forma de compensação pelos anos de exploração dos povos indígenas, mas que essas leis são ameaçadas constantemente. Essas garantias nas leis se deram por longos anos de luta pelos seus direitos básicos, mas que o Brasil ainda não constituiu um Estado-nação e se constituiu, os indígenas não estão incluídos nesse projeto.

Quando observamos a difícil situação de vida dos povos indígenas, pelas permanentes violações de seus direitos básicos, como o direito ao território e à saúde, podemos acreditar que ou o Brasil ainda não definiu seu projeto de nação; ou já definiu e neste projeto não há lugar para os povos indígenas. (BANIWA, 2013).

Embora, as conquistas ainda estão longe do ideal, pequenos avanços foram alcançados ao longo dos anos, como o da inclusão da temática indígena nos livros didáticos garantidos por lei, a qual entrou em vigor em 10 de março de 2008 entrou a Lei Nº 11.645 alterando a Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Art. 26-A. assegura que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Neste sentido, os livros didáticos de todo o Brasil devem seguir a normativa e atender a LDB (BRASIL, 2003).

Em “O índio brasileiro no livro didático”, Leandro Henrique Magalhães (2012) usa como objeto de pesquisa, livros didáticos de ensino médio em que aponta como o indígena brasileiro é apresentado nos mesmos. O autor analisou livros de 1º e 2º grau, optando por utilizar livros que não estavam catalogados, como dois de 1991, um de 1992 e outro de 1993.

Nesse sentido, buscamos compreender as imagens difundidas pelo livro didático de História e de que forma esse contribui para uma generalização das populações indígenas, reduzindo-as à categoria de índios/as, sem levar em consideração as particularidades de cada etnia (SILVA, 2014).

Na mesma pesquisa o autor constatou que no máximo, os livros pesquisados dedicam dois capítulos a esta questão, geralmente expressam títulos como, “A origem do

homem Americano e o Brasil dos índios”, onde nesses capítulos descrevem a chegada dos europeus, extração do pau-brasil aprisionamento dos indígenas por bandeirantes e a evangelização dos jesuítas nas missões. Esse ponto de vista foi amplamente difundido através dos romances, crônicas e produções intelectuais da época, e que figuram até hoje nos materiais didáticos, em que escapam a dimensão histórica que é própria desses povos (MAGALHÃES, 2000).

Analisando as capas dos livros o pesquisador percebeu que 60% possuem figuras de indígenas, em duas capas o indígena aparece observando os europeus no quadro de Vitor Meirelles, intitulado como a Primeira Missa no Brasil e outra se tratando de uma figura de caravelas chegando ao continente recém-descoberto. Portanto, em três capas os indígenas são representados lado a lado com negros e brancos dando a ideia de interação e miscigenação, já em outras duas colocam os indígenas como contemporâneos. O autor concluiu que tais capas dão a ideia de passividade, apesar de 60% dos livros apresentarem os indígenas em suas capas, apenas com exceção de um, estão colocadas sempre ao lado dos europeus.

Até pouco tempo os indígenas eram vistos na história do Brasil como povos que desempenharam papéis muito secundários, como se estivessem sempre agindo a partir da necessidade dos colonizadores. Em alguns momentos foram vistos como amigos, em outros como inimigos, como bons e como maus, mas sempre como coadjuvantes na história dos colonizadores.

Maria Regina Celestino de Almeida em seu livro “Os Índios na História do Brasil” identifica nas análises sobre o período colonial três imagens dos povos indígenas: “idealizados no passado”, “bárbaros do sertão” e “degradados” (ALMEIDA, 2010). A imagem do índio sempre foi inferiorizada apesar da sua grande importância na história do Brasil.

O pouco conhecimento generalizado sobre os povos indígenas está associado basicamente a sua imagem que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um indígena genérico, com um biótipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos habitantes na Região Amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas, etc... (SILVA, 2012).

Como disse Regina Celestino de Almeida:

De vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam (...) a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imobilismo ou à rebeldia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e desestruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais (ALMEIDA, 2007, p. 1-2).

Apesar das propostas de diferentes abordagens, os indígenas são analisados em momentos idênticos privilegiando o marco europeu em detrimento dos marcos próprio. ALMEIDA (2007) constatou em sua pesquisa que nos livros de 2º grau os indígenas, praticamente desapareceram. Sendo que quando lembrados são relacionados sempre aos europeus.

Na historiografia há uma preocupação tanto com o ponto de vista analisado pelo ângulo de visão do nativo, como a visão do colono acerca da colonização, na qual é identificado um convívio não pacífico entre eles. Magalhães (2012) descreve que alguns livros didáticos destacam essas diferenças culturais, mas o conteúdo não é desenvolvido e vai além, observando que os livros didáticos privilegiam a visão dos europeus a cerca da conquista. Segundo o autor até mesmo as imagens utilizadas nos livros sobre a colonização teriam sido produzidas pelos europeus. Portanto, segundo sua pesquisa, o que aparece e permanece é a visão européia sobre a colonização. A partir dessas análises Magalhães verificou o que afirma Ernesta Zamboni.

A mudança dos livros didáticos é superficial, onde o conhecimento histórico se mantém como verdade absoluta, tornando-se homogênea, e sem a problematização, estando ainda mais próxima da história social e econômica que da cultural (ZAMBONI, 1998, apud MAGALHÃES, 2012, p. 20).

Para o Magalhães, o indígena é colocado no passado, não havendo um entendimento de convivência com a diferença, sendo pouco explorado. Dessa maneira os livros didáticos expõem o nativo em papel secundário nas relações coloniais. Além de ser posto no passado, em muitos casos a questão indígena não é nem mesmo abordado, sendo tratado de maneira bem superficial (MAGALHAES, 2012, p.10).

Por fim, conclui-se que conflitos presentes nos livros seriam mais entre os europeus que disputavam a posse do novo mundo que entre os indígenas, acabando por intensificar nos portugueses os fundadores da “nação brasileira” que teriam por obrigação

defender o território contra os ataques, ou seja, apesar de iniciarem inovando e intensificando nos nativos os donos da terra, acabam por confirmar a supremacia dos portugueses. E mesmo que aborde o tema dos portugueses seria necessário abordar a situação indígena com mais traquejo.

Outra pesquisa que aborda a apresentação dos indígenas nos livros didáticos é da mestrandia Nayara Rodrigues Cordeiro Mariano (2006), cujo título de sua pesquisa é a “Apresentação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil”. A autora investiga a imagem dos indígenas nos livros didáticos no Brasil, em relação ao ensino de história, analisa também os livros didáticos no ensino médio usado entre 1990 e 2000.

O método aplicado pela pesquisadora foi escolher livros contínuos propondo uma abordagem de temporalidade, a escolha foi utilizada para perceber as mudanças e permanências sobre a temática estudada. A pesquisadora utilizou bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, biblioteca central da universidade federal da Paraíba (UFPB), biblioteca professor Silvio Frank Allen, do núcleo de documentação e informação histórica regional (NDIHR) Biblioteca Irineu Pinto, do instituto histórico e geográfico paraibano (IHGP) dentre outros.

Em sua pesquisa Nayara Rodrigues descreve que a apresentação dos indígenas na história do Brasil, tem sido representada de forma simplista, estereotipado, no qual os livros didáticos reproduzem uma ideia equivocada, enganadora, mostrando que a maioria desses manuais, continua com uma postura de categorias de análises evolucionista, etnocentrado, folclorizado e fragmentada, passando uma visão negativa dos indígenas.

Além do deliberado intento de eliminação desses povos ou desejo de vitimá-los, para Manuela Carneiro da Cunha (2012), determinada concepção historiográfica também contribuiu para essa visão:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura ‘politicamente correta’ foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos (CUNHA, 2012, p. 22).

A pesquisadora salienta o limite de fontes no Brasil. Não há uma política de preservação de livros didáticos, o que tornou sua pesquisa difícil. Dessa forma, as categorias de análises postadas por ela deu o contorno do objeto de pesquisa. Expõem que o livro

didático possui uma fonte privilegiada para pesquisas, porém não é valorizada pela sociedade, sendo visto como segunda categoria, série e período letivo, assim ocorrem o processo seletivo e por consequente descarte. Relata, ainda que estudo realizado na década de 1980 foi percebido esse descaso, nesses estudos a maioria das escolas analisadas usam o livro por menos de três anos as editoras segundo a autora, são peças fundamentais por essas substituições, transformando o livro didático em mercadoria, fazendo com que novos lançamentos substituam livros de anos anteriores, passando a ser descartados e menos reutilizados, por consequências não são guardados e preservados.

A publicação da Lei 11.645/2008 obrigou as instituições educacionais a (re) pensar seu papel estratégico na formação cultural e profissional do indivíduo enquanto partícipe da comunidade. Por outro lado,

Ações afirmativas precisam ser implementadas pelas universidades, institutos e escolas abrindo-se assim novos territórios para práticas formativas que girem em torno da história e cultura africana e indígena, relações étnico-raciais, diversidade, preservação de nosso patrimônio material e imaterial (ROCHA, 2012, Pág. 98-99.).

A afirmativa que “em 1500, o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral”, estava presente em muitos livros didáticos, segundo Nayara, destacando que os alunos deveriam aprender que nossa história começou há milhares de anos com vários grupos indígenas existente nesta terra. Sua pesquisa constatou que nos capítulos que discutem a colonização, a presença dos jesuítas, tudo é descrito a partir da ação dos portugueses. A pesquisadora menciona também que no livro didático de Braick Mota, o escambo é explicado como uma maneira utilizada para assegurar o trabalho indígena na extração do Pau-Brasil em troca de miçangas, tecido, roupas, canivetes, facas e outros objetos.

A “crônica da extinção” indígena ou sua assimilação, que, como afirmou Monteiro (1995), por tanto tempo caracterizou as abordagens históricas sobre os povos indígenas no Brasil era, de fato, coerente com as perspectivas historiográficas e as políticas indigenistas vigentes no Século XIX e em boa parte do XX (GUIMARÃES, 1988; MONTEIRO, 2001; KODAMA, 2009; ALMEIDA, 2010). As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos portugueses, enquanto os indígenas pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e transformados por eles. Nas décadas de 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, propulsora da chamada história dos

vencidos, criticava essa abordagem com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os indígenas.

Desconstruíam o caráter heróico dos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os indígenas como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinha alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores. A mensagem subjacente em narrativas como essas, nas quais um grupo, na condição de herói ou de vilão, vencia, dominava e anulava o outro enquanto agente social parece bem clara na afirmação da superioridade de uns sobre os outros (ALMEIDA, 2017).

Ainda na década de 1970, os indígenas eram vistos no Brasil como sociedades fadadas ao desaparecimento, e assim não mereceriam a atenção dos historiadores (CUNHA, 1992). A imensa variedade dos povos indígenas presentes na historiografia do Brasil foi resumida a dois grandes grupos: Tupi e Tapuia em virtude do pensamento herdado do período colonial, associado às estratégias de colonização sobre as sociedades indígenas. (SANTOS, 2010).

Nayara (2009) observa que as abordagens sobre o escambo demonstram desconhecer o valor cultural dos materiais ao informar que a prática era altamente positiva para os portugueses, porque estes davam miçangas ou canivetes em troca de mão-de-obra indígena, sem mencionar a importância desses objetos para uma sociedade que não tinham acesso a esses materiais. Almeida diz que

A antropologia histórica e a história antropológica, e seus mais recentes pressupostos teórico-conceituais para o estudo das relações de contato foram, portanto, fundamentais para o meu trabalho. A partir desses pressupostos, perceber, que de diferentes etnias, inseridos nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, ao invés de terem desaparecido, como costumava ser sugerido pela historiografia, reformularam identidades e culturas, mantendo-se na condição de índios aldeados até o século XIX (ALMEIDA, 2003 pág.25).

A autora pontua ainda que não se discute a ocupação quando se retrata a interiorização e a consolidação da conquista mostrando o território como espaço vazio, não descrevendo que a ocupação foi lenta justamente devido às várias resistências dos grupos que habitavam a região. Sendo assim, a autora diz que evidencia uma visão eurocentrada. Quando o indígena é mencionado na atualidade é apresentado como morador de reservas resumindo a presente realidade indígena. Em nenhum momento discute a atualidade desses povos, seu crescimento populacional, projetos para o futuro. A pesquisadora conclui que dessa forma os

alunos ao lerem essas obras, provavelmente concluem que os indígenas pertencem ao passado.

Almeida aponta que o foco de análise da história indígena se deslocou “[...] dos colonizadores para os índios, procurando identificar suas formas de compreensão e seus próprios objetivos nas várias situações de contato por eles vividas” (2010, p. 23). Observa generalizações e repetição sem atualização a cada nova edição, seja nos títulos dos livros ou em capítulos, como: “Os portugueses conquistam o interior” e “Primeiros passos da colonização portuguesa, Portugal chega a América”.

Os manuais escolares continuam a ignorar as pesquisas feitas pela história e pela antropologia no conhecimento do outro, revelando-se deficientes no tratamento da diversidade cultural existente no Brasil. É com esse material, equivocado e deficiente que os professores e alunos têm encontrado os índios na sala de aula. Preconceito, desinformação e intolerância são resultados mais que esperados deste quadro (GRUPIONI, 1995, p.483).

Assim, ressaltamos que na História do Brasil o indígena continua a ser retratado no passado, a partir de generalizações. E não há uma preocupação em abordar a diversidade étnica na atualidade. Nesse sentido, mesmo com a aprovação da lei 11.645/2008, houve pouco avanço na estrutura do livro didático de História analisado. “Na História contemporânea do Brasil o indígena sequer aparece na discussão” (SILVA, 2014).

A relevância dessa pesquisa está alicerçada na análise da implementação das leis que regem a educação básica no país, bem como nas orientações propostas pelo MEC, sobre o ensino de História (na educação básica) em consonância com o material didático utilizado. Dessa forma, torna-se essencial a discussão sobre a ausência ou a maneira como são retratados os povos indígenas nos manuais didáticos de História, buscando alternativas de mudança (FERNANDES, 1993).

Em anos recentes os indígenas estão conquistando o (re) conhecimento e o respeito a seus direitos específicos e diferenciados. A partir dessa perspectiva, a sociedade que se repensa, se vê em sua multiplicidade, pluralidade e diversidade sociocultural, expressada também pelos povos indígenas em diferentes contextos sócio históricos. Embora esse reconhecimento exija também novas posturas e medidas das autoridades governamentais em ouvir dos diferentes sujeitos sociais as necessidades de novas políticas públicas que reconheçam, respeitem e garantam essas diferenças (SILVA, 2012).

Embora as novas discussões tenham sido levantadas, a luta pela divulgação adequada da história do povo indígena do nosso país, as reivindicações vem a influenciar nos

trâmites legais tratando das questões educativas nas escolas. A lei 11.645/08 foi de extrema importância na questão de estudos sobre os povos indígenas, sendo que a partir dessa implementação passaria a ser uma das formas de expressar essa história.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura históricas brasileiras. (BRASIL, Lei 11645/2008).

Com a aprovação da lei 11.645 de 10 de março de 2008 torna-se obrigatório o ensino da cultura indígena no Brasil. Com essa implementação, é necessário uma reformulação das ideias e representatividade destes povos na cultura e história, mostrando seu papel na contribuição histórica e cultural e seu valor na construção da identidade nacional garantindo que os indígenas não ficaram no passado, e estão presentes na atualidade em qualquer região do país, seja em comunidades, aldeias como também nas grandes cidades.

A nova postura implica, entre outras coisas, observar “o ponto de vista dos nativos” na operação de reconstituir os processos históricos que lhes dizem respeito, em atentar para a emergência de novos grupos e identidades e, por fim, em abandonar as compreensões de que os processos históricos coloniais eram marcados pela dicotomia entre a aculturação, a diluição das identidades índias, de um lado, e a luta pela manutenção de tradições imemoriais de outro. Para tanto, ela se nutre de uma série de novas perspectivas teóricas, metodológicas e interdisciplinares que apontam para uma maneira distinta de pensar e escrever a história (ALMEIDA, 2017).

Seus direitos estão amparados pela Constituição Federal de 1988, sendo reconhecidos como cidadão da República Federativa do Brasil, cabendo reavaliação de todos os conteúdos errôneos abordados nos livros didáticos oferecidos no país a fim de garantir que a lei seja posta em prática.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 OPINIÃO ANALÍTICA DOS PROFESSORES SOBRE A LEI

O conteúdo a ser trabalhado em sala de aula deve considerar a diversidade cultural indígena. O currículo a ser trabalhado deve ser mais amplo do que aquele usado comumente e, deve ser ampliado conforme o a necessidade do professor buscar novos conceitos e fatos sobre a cultura dos indígenas (NASCIMENTO, 2013).

Professores também apresentam falta de informação sobre a temática e creditam, muitas vezes, aos materiais didáticos a visão estereotipada, equivocada e genérica atribuída aos indígenas. É evidente que o material didático deveria servir como suporte aos professores, entretanto, grande parte transforma este suporte em sua fonte primária de conhecimento, não buscando novos conhecimentos extra currículo (DELGADO, 2011). Essa exigência deve ser atendida, com a contribuição de especialistas, a participação dos próprios sujeitos sociais na formação de futuros/as docentes, na formação continuada daqueles que discutem a temática indígena em sala de aula, na escola e que atuam na produção de subsídios didáticos em todos os níveis (SILVA, 2012).

Torna-se evidente, também, o fato de não haver esse componente curricular nos cursos de Graduação e Licenciatura em História, salvo raras exceções, o que traz uma série de implicações àqueles professores que desejam cumprir a determinação legal, pois devem suprir essa lacuna na formação pelos mais diversos meios disponíveis, entre eles, certamente, destaca-se o livro didático, esse “[...] produto cultural complexo” (STRAY apud CHOPPIN, 2004, p. 563), que acaba por exercer inusitado e importante papel na formação docente.

No contexto da inclusão, conforme aponta Kailer; Papi (2014), “é preciso inovar metodologias de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características dos diferentes alunos”. A alteração da LDB obriga o sistema de ensino a inserir em sua proposta curricular o ensino da história e da cultura indígena. E essa obrigatoriedade, por conseguinte, incide na reestruturação curricular, e essa reestruturação requer um período de adaptação, o que requer tempo. Porém, mesmo com a inclusão obrigatória, existe uma resistência considerável que envolve a questão indígena na grade curricular.

As conquistas fortalecem e legitimam as lutas contra a desigualdade social, colocando o permanente desafio de avançar para além da legislação e mudar a realidade. A

legislação por si só não supera o preconceito étnico-racial, que se constituiu historicamente, fundado na naturalização de práticas discriminatórias e excludentes observáveis nos espaços sociais e reproduzidas no ambiente escolar (DISTRITO FEDERAL, 2012). É fundamental perceber que as nações indígenas atualmente vêm assumindo uma postura de maior protagonismo causando certa sensação de desgaste na relação, levando-se em conta que as exigências requerida por eles, nada mais natural do que lutar pelos seus direitos.

Refletir sobre a identidade nacional nos obriga a considerar, primeiramente, que o conceito de nação se diferenciou no decorrer das transformações sociais. Logo, os conceitos de nação e nacionalismo só podem ser discutidos numa dimensão histórica, e não como um processo *a priori* (NIKITIUK; OLIVEIRA, 2007). Os próprios indígenas têm tomado consciência desta situação e reivindicado uma nova forma de relacionamento com o Estado e com as diversas instâncias da sociedade envolvente.

Neste sentido, encontros de professores indígenas têm acontecido em vários estados da federação, nos quais o tema é refletido e debatido, gerando demandas no sentido de que “se respeitem os índios e suas culturas nas escolas não indígenas e nos livros didáticos” (GRUPIONI, 1995, p.483).

Segundo Santiago; Sabino (2006: 1), “o livro didático exerce um papel fundamental na escola e tem sido considerado o principal veiculador do conhecimento sistematizado e um instrumento auxiliar, em sala de aula, para o/a professor/a e para os/as alunos/as”. O que torna essencial a análise do tipo de conhecimento que vem sendo produzido.

A materialização da lei 11.645/08, em sala de aula, implica necessariamente em longos passos em que deve ser considerada a correlação de forças existentes dentro da arena social, o que implica também em políticas públicas de formação dos professores e na alteração na forma pela qual ocorre a educação escolar.

É importante considerarmos que não existe uma unidade prévia que aglutine as manifestações de todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente se levarmos em conta que é uma sociedade dividida em classes sociais (COLARES; GOMES; COLARES, 2010). As classes mais altas lucram de certa forma com a condição de falta de reconhecimento perante a população indígena.

As diretrizes associadas aos diversos documentos aqui citados reforçam a necessidade de repensar o ensino de história como instrumento de consolidação da democracia, a partir do incentivo ao reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena,

como forma de desconstruir mitos e preconceitos enraizados que colocaram negros e indígenas em patamares inferiores e em posições secundárias em nossa sociedade (BRASIL, 2013).

Contudo, priorizaremos em nossa reflexão a percepção do livro didático de história como veículo da “identidade nacional”, mais especificamente da identidade regional, pela inclusão da História da América no ensino de História no Brasil a partir da década de 30 do século passado (NIKITIUK; OLIVEIRA, 2007).

5.1. A HISTÓRIA INDÍGENA DO PONTO DE VISTA DOS LIVROS DIDÁTICOS

Para dar conta da análise da História Indígena, avaliaremos dois livros didáticos de história do 1º ano, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015, 2016 e 2017 e do 2º ano PNLD 2015, 2016, 2017 do ensino médio.

O livro didático do 1º ano do Ensino Médio tem como responsável a editora FTD de autoria de Alfredo Boulos Junior (figura 1), quanto ao segundo livro, foi desenvolvido tendo como responsável editora Saraiva, de autoria de Marcos Napolitano e Mariana Villaça do 2º Ano do Ensino Médio (figura 2). Ambos os livros são da 1ª edição de 2013 (NAPOLITANO, 2013; BOULOS JUNIOR, 2013).

Figura 1 e 2 – Capa de livros didáticos das editoras FTD e Saraiva respectivamente

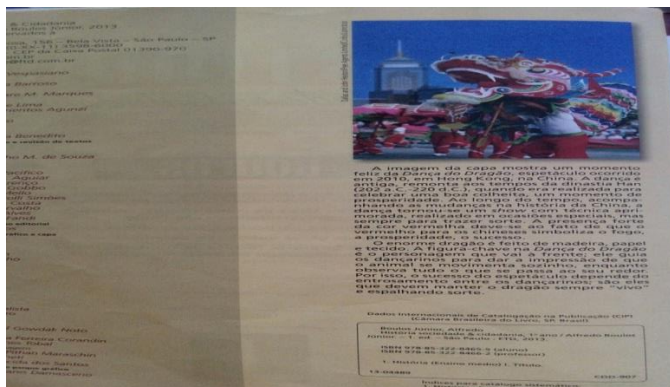


Fonte - BOULOS JUNIOR (2013) e NAPOLITANO (2013)

O livro do 1º ano do ensino médio é dividido em quatro unidades e com 17

capítulos, em sua capa tem como representação o dragão chinês “um momento feliz da dança do dragão, espetáculo ocorrido em 2010 em Hong Kong na China” a imagem explicada na folha de rosto (figura 3).

Figura 3 – Folha de rosto do livro de Boulos.



Fonte - BOULOS JUNIOR (2013)

O livro traz em seu conteúdo uma sequência cronológica e linear, dando ênfase na evolução humana desde o início das sociedades até a atualidade, mas pouco se refere à temática indígena. Na maior parte o respectivo livro refere-se ao continente europeu e asiático como o “berço da civilização”.

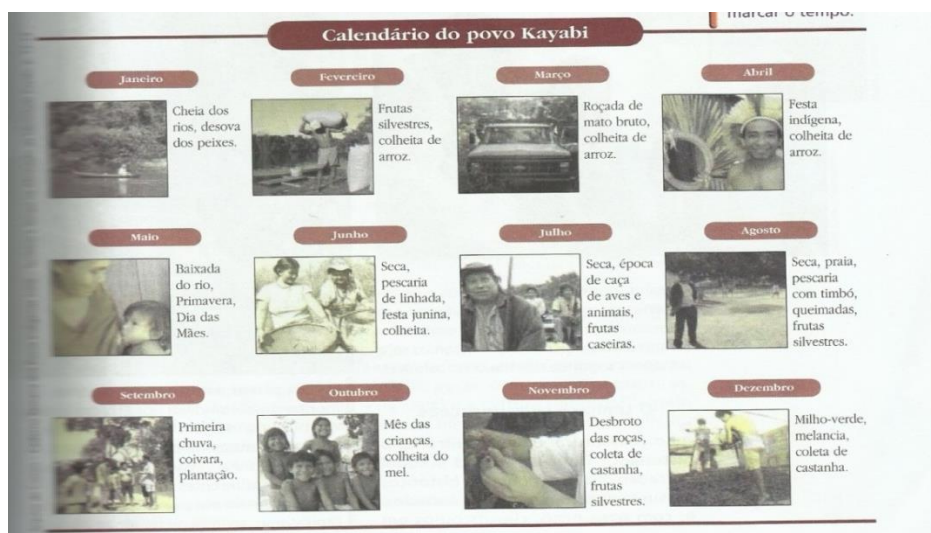
Na Unidade I, intitulada como “Técnicas, Tecnologias e Vida Social”, abrange no capítulo I, a temática “História, Tempo e Cultura” logo em suas primeiras páginas, inicia falando da evolução das tecnologias na sociedade de 1960 até a atualidade e como essa transformação tecnológica influenciam na sociedade, causando assim por dizer grandes impactos em nossas vidas.

Na página 12 do livro didático em questão, tem como pergunta central *o que a história estuda?* E é com essa pergunta que o livro começa falar do tempo cronológico e então passa a abordar sobre a temática dos indígenas brasileiros da atualidade, no qual, faz um recorte histórico da população indígena, dando como exemplo, a população indígena Terena do Mato Grosso do Sul, onde sua população esteve dividida em dois períodos, no primeiro, refere-se o antes da guerra do Paraguai, que tiveram suas terras invadidas por fazendeiros durante essa época, e o segundo período que vai das demarcações de terra ate os dias atuais.

Na próxima página, apresenta o calendário do povo Kayabi (Figura 4), (povo que viviam/vive na região do Rio dos Peixes, norte do estado do Mato Grosso). Esse

povo se baseia/baseava no tempo imposto pela natureza, para melhor desempenho no cultivo agrícola e a fatos importantes dentro da sua sociedade demonstrando que seu povo tem uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza.

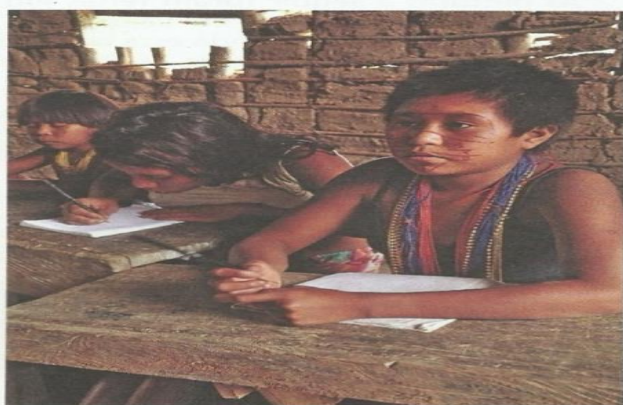
Figura 4 – Imagem do calendário Kayabi



Fonte - BOULOS JUNIOR (2013)

Embora, logo nas páginas iniciais aborda a temática indígena, essa visibilidade se apaga nas páginas seguintes, é somente na página 21 com uma foto atual de uma escola indígena Yanomami na aldeia de Kolulu, divisa do Brasil com a Venezuela, ela (re) aparece (figura 5). Ao lado da imagem, fragmento da fala de professores indígenas ressaltando o orgulho e a importância de resgatar essa temática nos dias atuais. Nessa imagem nos traz a esperança que existe a possibilidade de mudança nos próximos anos, fazendo que os livros didáticos possam dar a visibilidade merecida para a sociedade indígena e o que ela representa para a nossa cultura, sendo ela, a base da nossa nacionalidade.

Figura 5 – Imagem de uma escola indígena Yanomami



Fonte - BOULOS JUNIOR (2013).

No decorrer das próximas páginas e capítulos, o livro faz uma linha temporal. O capítulo II da unidade I, denominada “A aventura humana; primeiros tempos,” busca uma análise da pré-história e os primeiros habitantes da terra, bem como, a evolução humana no decorrer dos tempos, também evidencia as transformações no campo desde os paleolíticos e neolíticos, das artes rupestres e os primeiros vestígios da presença humana na América, sendo elas umas das descobertas recentes na arqueologia.

Contudo, o livro didático não evidencia em nenhum outro momento a história do indígena atual que permanecem nesses territórios, nem mesmo, a história dos povos nativos no decorrer das transformações, esse foi esquecido e somente lembrado através de artefatos arqueológicos. Desse capítulo em diante, ou melhor, ao longo de suas 288 páginas, essa temática não volta a ser abordada, destacando os continentes asiático e europeu no decorrer das transformações e “evoluções” sociais.

Com isso, na Unidade II, com o título “Cidades; passado e presente”, o livro faz um recorte salientando as primeiras civilizações. O capítulo III busca compreender como viviam os povos mesopotâmios e como essa sociedade era dividida por costumes e crenças, todos estão totalmente estagnados no passado e principalmente no continente europeu, a própria sociedade brasileira no geral não tem visibilidade nessa edição do livro didático, salvo em duas páginas da unidade IV (figura 6, p.192; figura 7, p.193), que traz como título “Diversidade: o respeito à diferença”.

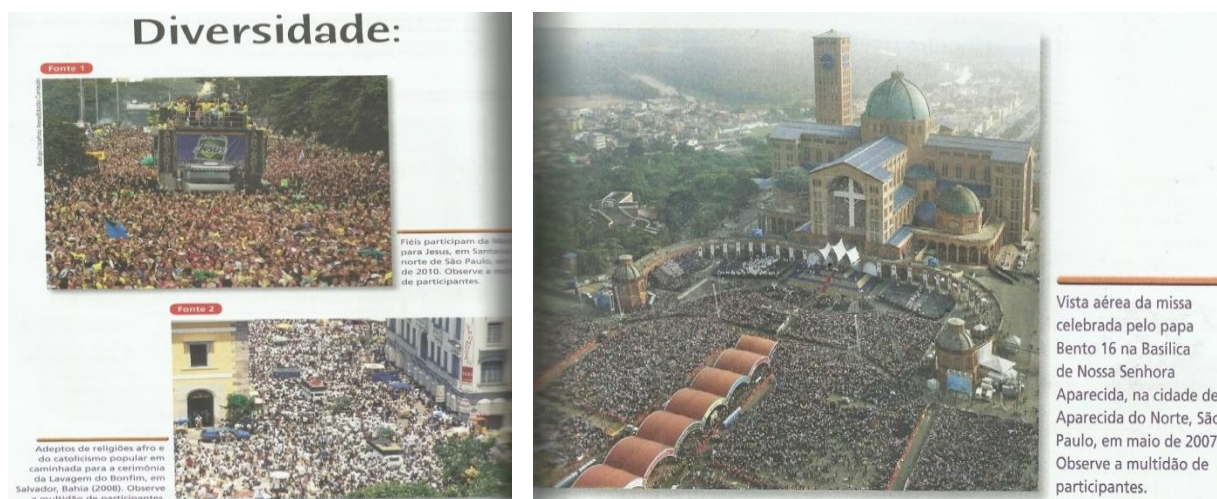
Essa Unidade começa falando das diferentes religiões e denominações religiosas no Brasil, mas em momento algum citam além das religiões-afro e cristã. Nesse capítulo, seria uma boa oportunidade para mostrar a religião indígena em que seus rituais e

crenças ainda seguem vivas dentro da sua cultura.

Assim como no capítulo anterior, o capítulo V busca analisar o contexto social da África Antiga, Egito e Núbia, com uma linha cronológica que determina as divisões seculares entre os impérios até a conquista Persa. Já no capítulo VI, evidencia a cultura chinesa em suas diferentes dinastias, desde o antigo império chinês até a atualidade.

Na Unidade III que vai do capítulo VII ao XI, “Democracia: passado e presente”, aparece como uma esperança em falar um pouco da nossa sociedade e cultura, mas, é limitada em uma página na qual, fala dos direitos dos cidadãos a exercer uma democracia plena no país.

Figura 6 e Figura 7 – Ambas falando sobre diversidade e respeito



Fonte - BOULOS JUNIOR (2013).

Embora, poucas vezes são citados como se esses povos não estivessem mais vivendo no presente, o indígena brasileiro não aparece em nenhum momento no conteúdo do livro didático de forma expressiva, esse é simplesmente apagado da história.

No segundo livro didático analisado, direcionado ao 2º ano do ensino médio, de autoria de Marcos Napolitano e Mariana Villaça (Editora Saraiva) está dividido em quatro unidades. Na primeira Unidade traz conteúdos sobre a sociedade colonial e é dividida em quatro capítulos. Na Unidade II, apresenta “A Era das Revoluções” com quatro capítulos relacionados ao tema. A terceira unidade “Estados nacionais na América no século XIX” com seis capítulos. Na quarta unidade “O mundo Capitalista no século XIX” com quatro capítulos,

sendo assim finalizado o conteúdo.

Traz em sua capa, em um dos quadros a imagem de um homem branco rodeado por um grupo de homens indígenas. Essa mesma imagem reaparece na pág. 218, (figura8) no capítulo 14, unidade 3. “A questão indígena na América”, a qual se refere a Marechal Cândido Rondon, que criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, como um governamental.

A criação desse órgão ocorreu pela pressão internacional contra o Brasil, e seus maus tratos aos povos indígenas, denunciado também no Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, em 1909.

Cândido Rondon esteve à frente do SPI de 1910 a 1958, como presidente ou conselheiro.

(Figura 8) Cândido Rondon e indígenas de etnia desconhecida



Fonte: NAPOLITANO (2013)

Na primeira e na segunda parte da Unidade I, “A Colonização da América portuguesa” e “Expansão e crise no Brasil colonial” respectivamente, se refere aos processos da colonização, e a escravidão indígena na extração do Pau-Brasil. (figura 09, pag. 12).

A colonização buscou meios de dominação para conquistar territórios visando a expansão da fé católica e a exploração comercial.

Figura 09 – Representação da extração do Pau-Brasil.



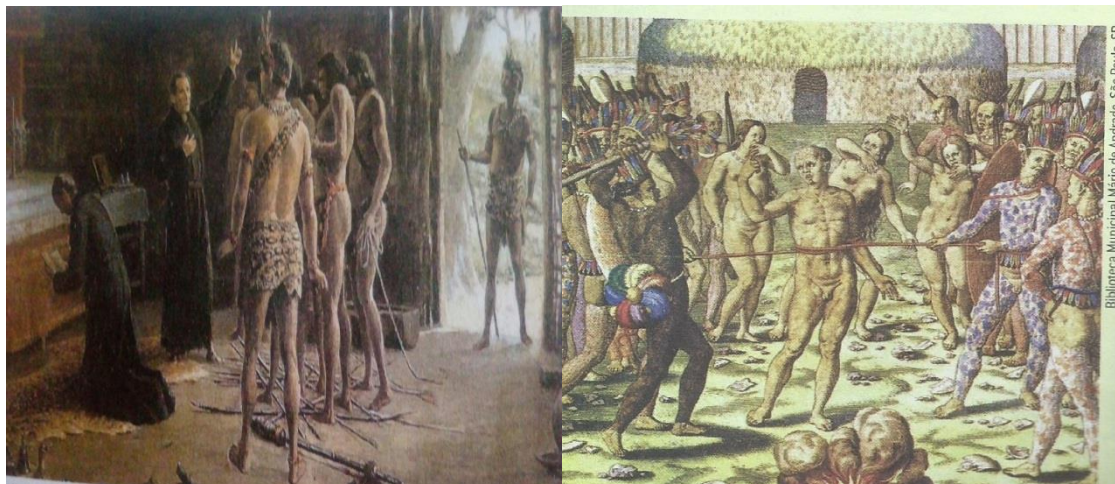
Fonte – NAPOLITANO (2013)

Nas próximas páginas conta como os portugueses tiveram problemas com a insatisfação indigenista pela imposição religiosa (figura10). A evangelização indígena pelos Jesuítas, José Manuel da Nobrega e José de Anchieta faz referência ao ocorrido no século XVI, em que os padres jesuítas foram surpreendidos pelos indígenas Tamoios enquanto rezavam. Os mesmos acreditavam que os jesuítas contribuía para a exterminação dos indígenas e podemos concluir que suas suspeitas foram evidenciadas no decorrer dos séculos seguintes.

Na página 17, duas imagens ganham destaque, em uma delas esta sendo representadoem um quadro denominado a “Lupa do Historiador” (figura 11), conta a história de Hans Staden (gravura produzida por Theodore de Bry,1592) representando um ritual antropofágico, baseado no relato de um europeu com visão etnocêntrica, passando para os alunos como um acontecido ”verídico”. Todas as imagens tentam passar a ideia de um indígena selvagem, tendo como a evangelização seguida pela escravidão como necessária para a sociedade indígena.

Figura10 – Padres surpreendidos pelos Tamoios

Figura 11 – Representação de Hans Staden prisioneiro, em Theodore de Bry, 1592.



Fonte – NAPOLITANO (2013).

A evangelização indígena imposta pelos Jesuítas está também retratada nas figuras liderados pelos Jesuítas, José Manuel da Nobrega e José de Anchieta, tentando pacificar os Tamoios rebelados contra os colonizadores. Na outra ilustração faz referência ao ocorrido no século XVI, em que os padres jesuítas foram surpreendidos pelos indígenas Tamoios enquanto rezavam, os mesmos acreditavam que os jesuítas contribuíam para a extinção dos indígenas.

O livro traz na página 19, uma imagem de uma família indígena capturada pelos bandeirantes (figura 12). Em que a coroa portuguesa pressionada pelos “colonos”, permitiu que capturassem e explorassem os povos indígenas, aqueles que não aceitassem a conversão ao catolicismo eram considerados hostis, uma maneira de justificar a “guerra justa”. Nessa página o livro indica para os leitores a assistir o filme estadunidense *A Missão*, trama baseada em fatos reais, foi ganhador do Prêmio Bafta de melhor filme, também ganhador do Oscar de fotografia e indicado a mais 8 Oscars.

Figura 12 – Representação de uma família indígena escravizada por bandeirantes. Imagem de Jean-Baptiste Debret, 1834.



Fonte – NAPOLITANO (2013)

Quando o indígena aparece está diretamente atrelado ao colonizador, como nos textos “A política de extermínio na Patagônia”, “Política de confinamento nos Estados Unidos” e, “Política de deportação no México”, “Políticas de pacificação e projetos de integração no Brasil”.

Todos os conteúdos estão entre os séculos XIX e XX, dando alusão que esses indígenas até as independências dos países Americanos ficaram e continuaram fazendo parte do passado. A sociedade atual indígena é ofuscada, esquecida, morreu no século passado, ainda precisa que a sociedade indígena do presente esteja melhor representada nos livros didáticos.

Ainda que, o livro demonstra visibilidade na temática indígena com mais ênfase, a sociedade atual está sendo citados em pouco dos temas, os indígenas da atualidade foram ignorados, a sociedade ofuscada, esquecida, morreu no século passado, e sendo assim, traz pouca referência da sociedade indígena. Esta representação do indígena brasileiro na sociedade é fruto das relações historicamente construídas entre “brancos e índios” nas diversas esferas sociais.

A escola, como espaço de formação “cidadã” assume um importante papel na construção de diálogo e superação dos estereótipos. O ensino de História indígena nas escolas pode ser, portanto, o espaço positivo de interlocução entre as culturas indígenas e não indígenas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aprofundou-se na importância que a História Indígena logrou nos últimos anos na educação escolar. Demonstramos a carência de informação ou até mesmo a não inclusão do tema indígena na grade curricular, sendo apontado como um tema secundário, o que foi frisado ao longo dos anos ganhando espaço somente a partir dos anos 2000. Porém, a temática conquista mais espaço somente com a publicação da Lei 11.645/08, onde a História Indígena se torna obrigatória na grade curricular.

Esse tema ganha relevância pela ação do movimento indígena, mas também, por pesquisadores e atividades, como Maria Regina Celestina Almeida, que levantou a bandeira da inclusão da História Indígena na grade curricular e nos livros didáticos escolares.

A metodologia foi toda desenvolvida qualitativa descritiva, o levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas, artigos, jornais, *sites* da internet e em outras fontes escritas, devidamente publicadas. Apesar da existência da lei, percebemos que ainda há muitas lacunas nas abordagens do tema nos livros didáticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Apresentação. Os índios na História: abordagens disciplinares**. Tempo. Niterói, v. 12, n. 23, 2007.

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. **Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes**. Memória Americana, Buenos Aires: Instituto de Ciências Antropológicas, n.16, p.19-40, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, pp. 17-38. 2017.

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

BANIWA, Gersen. **Entrevista.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/04/indigena-e-doutor-em-antropologia-social-fala-sobre-projeto-indigenista-para-o>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

BRAGA, Fábio William Lopes. **“A carta de caminha e o conceito de literatura na historiografia literária brasileira”**. Assis: 2009. 106 p. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Brasília: 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 05 julho 2018.

BRASIL. **Presidência da República: subchefia de assuntos jurídicos.** Lei 11.645 De 10 de Março de 2008. Disponível Em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acessado em 3 Agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação.** Câmara Nacional De Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Da Educação Básica / Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania, 1º ano** / Alfredo Boulos Júnior. – ed. – São Paulo: FTD, 2013.

CARNEIRO, M. C. **“Culture” and culture: traditional knowledge and intellectual rights.** March boch conference, MS. 2004.

CHAUÍ, Marilena De Souza. 500 anos - Caminhos da memória, trilhas do futuro. In:_____. (org.) **Índios no Brasil** [S.L: S.N.], 1992

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set. /dez., 2004.

COLARES, A. A.; GOMES, M. A. O.; COLARES, M. L. I. S. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. **Revista Histedbr On-Line.** Campinas, N.38, P.197-213, Jun.2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios do Brasil.** São Paulo: Cia das letras; Secretaria Municipal De Cultura, Fapesp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI, Luiz Donisetti Benzi.(org.). **A questão indígena na sala de aula.** Novos subsídios para professores de1º e 2º graus. 1 ed. Brasília: mec, pp. 129-141. 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania.** São Paulo: Claro enigma, 2012.

DELGADO, A. P. **A cultura indígena a partir dos livros didáticos no ensino de história.** 2011. Disponível Em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/%20a-%20cultura-indigena-a-partir-dos-livros-didaticos-no-ensino-de-historia-4581589.%20html?js=eyJhbgcioijiuzi1niisnr5cci6ikpxvcj9.eyjycyi6mx0.fadwc9huolh58r9uzufqbromie3i7c7ve835oe6ymu4&uuid=95036676-ba2c-11e8-ae28-b1a26c262856>>. Acessado em 3 Agosto de 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria De Estado De Educação Do Distrito Federal.** Orientações pedagógicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na rede pública de ensino do DF (artigo 26-a da LDB). Brasília: SEEDF, Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 75 p.2012.

FERNANDES, Joana. **O índio: esse nosso desconhecido.** Cuiabá: EdUFMT, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: atlas, 2008.

GUNTHER, I. **Pesquisa qualitativa.** Pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, maio-Ago. 22(2): 201-210. 2006.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. “As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada.” In: GRUPIONI, Luís Donizete (org.) **Índios do Brasil.** São Paulo: SMC-SP, 1992.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informação sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: Silva, Aracy Lopez Da Silva; Grupioni Luiz Donisetti Benzi. (org.). **A questão indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: mec, pp. 481-526. 1995.

GRUPIONI, Luís Donisete. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil.** In: Lopes Da Silva & Grupioni. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4ª Ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n.1, p.5-27, 1988.

KAILER, P. G. L.; PAPI, S. O. G. O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar. In. **X Anped Sul.** Florianópolis: Outubro de 2014.

KODAMA, Kaori. **Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860.** Rio de Janeiro: ed. Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **O índio brasileiro no livro didático.** Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 73-89, OUt. 2000.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **O índio brasileiro no livro didático.** História& Ensino, 6: 73-89. 2012.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil**. João Pessoa, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, ARACY LOPES DA S.; GRUPIONI, LUÍS D. BENZI (ed.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus**. Brasília: MEC; Mari; UNESCO, p.221-228. 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigeníssimo**. Tese (livre docência em história) – universidade estadual de campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História para o ensino médio: volume 2** / Marcos Napolitano, Maria Villaça. – 1 ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

NASCIMENTO, J. A. M do. **História e cultura indígena na sala de aula**. *Revista latino-americana de história*. v. 2, n. 6, Ed. Especial, p. 150 – 170, 2013.

NIKITIUK, S. M. L.; OLIVEIRA, T. M. C. R. **A construção da identidade nacional nos livros didáticos de história da América**. 15 p. Universidade Federal Fluminense. 2007.

ROCHA, A. C. **Desafios para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Porto Alegre, 2012. 9 p. Monografia (Curso De História), Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RÜSEN, Jorn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. In: **História da Historiografia**, número 2, mar, 2009.

SANTIAGO, L. A. S.; SABINO, M.F. **Identidade e Representações: a imagem do índio nos livros didáticos de História**. In XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania. Florianópolis: ANPUH-SC, 2006.

SANTOS, K. R. Ilustrações nos livros didáticos: representações dos indígenas nos manuais de História do Brasil. In: **Colóquio internacional “educação e contemporaneidade”**, 4. Laranjeiras. Anais. Laranjeiras, 2010.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da lei 11.645. **Revista Historien Upe/Petrolina**, V. 7, P. 39-49, 2012.

SILVA, Phábio Rocha da. **A (in)visibilidade indígena no livro didático de história do ensino médio**. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS. 2014. Disponível em:<http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212166_ARQUIVO_Phbio_Rocha.pdf>. Acessado em 30 dez. 2018.

VALADARES, Virgínia Trindade; RIBEIRO, Vanise; MARTINS, Sebastião. Op. cit., 5ª série, 1992, p. 22; SILVA, Francisco de Assis. Op. cit., 1994, p. 10; COTRIM, Gilberto. Op. cit., 1996, p. 9; SILVA, Francisco de Assis. **História do Homem: abordagem integrada da**

História Geral e do Brasil. 4 v. (Volume 1: Das comunidades primitivas ao sistema escravista grego e romano). São Paulo: Moderna, p. 24. 1996.

VIANNA, J. G. X.; OLIVEIRA, M. A. T.; BOSCHILIA, R. **A produção didática de Rocha Pombo: análise de História da América e nossa pátria.** Revista Vernáculo, n. 23 e 24, 11 p. 2009.